

de António Marçal, "o papel do ministro da Justiça é crucial, ou deveria ser, na definição e implementação de políticas que impactam diretamente o funcionamento do sistema judicial".

Afirma o presidente do SFJ: "A autonomia e a eficácia do Ministério da Justiça vai depender do governo no seu todo, mas também da personalidade que vier a ser escolhida. Isto significa que será desejável que seja alguém com peso político junto do primeiro-ministro, independentemente da sua área profissional de origem."

Na ótica daquele responsável, "a estabilidade desejada para a Justiça depende, principalmente, de lhe serem assegurados os meios para desenvolver a sua ação com a normalidade que a lei lhe impõe e a sociedade exige." O presidente do SFJ lembra "a falta de funcionários judiciais, que está a provocar a rutura em

Juízes e procuradores elegem hoje novos dirigentes nas respetivas estruturas sindicais

● Este sábado é dia de eleições na Associação Sindical dos Juizes Portugueses (ASJP) e no Sindicato dos Magistrados do Ministério Público (SMMP). Em ambas as estruturas, o rosto do líder vai mudar. Manuel Soares deixa a ASJP depois de seis anos de presidência e de outros tantos como secretário-geral. Poderá ser substituído pelo candidato da continuidade, o desembargador Francisco Moreira das Neves, que encabeça a lista B, ou pelo desembargador Nuno Matos, que lidera a lista A, representando esta uma rutura com a direção que agora termina funções. No SMMP concorre apenas uma lista, que é de continuidade, sendo encabeçada por Paulo Lona, o atual secretário-geral. Adão Carvalho decidiu não se recandidatar, embora estatutariamente pudesse fazê-lo, uma vez que esteve apenas três anos a liderar a estrutura sindical. Foi reconhecido um presidente com um mandato difícil, concluído numa altura em que ambas as magistraturas vivem momentos de alguma críspação. Os futuros líderes das duas entidades sindicais terão de sentar-se à mesa para resolverem problemas comuns.

muitos serviços, agora já não apenas no Portugal "esquecido e ostracizado", mas também bem junto à capital, nomeadamente em Cascais e em Sintra".

Segundo o SFJ, "é dever do próximo ministro da Justiça promover uma administração justa e equitativa, desde logo adotando medidas para que quem trabalha na área seja remunerado condignamente e que, neste aspeto, seja cumprida a lei, como é exemplo o pagamento do trabalho suplementar a que os funcionários judiciais estão obrigados, sem que, até ao presente, lhes tenha sido pago um cêntimo; mas também concretizar outros compromissos, como a integração do suplemento, conforme já foi aprovada em sede de Lei de Orçamento e em várias propostas levadas ao parlamento, algumas pelo PSD".

Neste sentido, defende: "Há medidas urgentes, como as acima

indicadas, que devem ser tomadas logo nos primeiros 30 dias da governação, bem como a abertura de procedimento de ingresso, uma vez que em 2024 irão aposentar-se 359 oficiais de justiça por limite de idade."

Para António Marçal, "embora os resultados eleitorais possam representar desafios adicionais, a busca pela estabilidade na justiça continua a ser uma responsabilidade partilhada por todos os cidadãos, independentemente das mudanças políticas que ocorram". E sublinha: "Mesmo em contextos políticos desafiadores, em particular nestes, é fundamental que os governos e as instituições respeitem e protejam a integridade do sistema judicial."

Respeite-se a democracia

O Sindicato dos Oficiais de Justiça (SOJ) acusa o último governo, sustentado por uma maioria absoluta, de ter apostado mais na arbitragem judicial do que no melhoramento das respostas dos tribunais. "Isto é, quanto pior os tribunais, melhor para a arbitragem. A justiça deve merecer uma reflexão muito séria por parte da sociedade", declara Carlos Almeida, presidente do SOJ.

Quanto aos resultados eleitorais, diz: "Importa mais valorizá-los enquanto democratas, até pela diminuição da abstenção, pois para os tribunais é irrelevante a composição da Assembleia da República e temos o dever de estar acima de queresias partidárias."

Para Carlos Almeida, "seja qual for o governo, o mais relevante é que cumpra os compromissos assumidos e respeite a vontade do povo português, pois todos os programas partidários apresentaram propostas e afirmaram a vontade de investir na justiça, valorizando também a carreira dos oficiais de justiça".

Consequentemente, afirma, "o o/a próximo/a ministro/a da Justiça tem o dever de iniciar o mandato respondendo aos problemas. Se ficar à espera de mais 'estudos' ou em reuniões de faz-de-conta, então a resposta dos oficiais de justiça terá de ser mais vigorosa".

"Assumir-se a pasta empurrando depois as responsabilidades para as Finanças revela falta de senso e decência", diz, e avisa: "Não aceitaremos que se continue a usar o Ministério da Justiça para desfile de egos e vaidades".

Em declarações ao NOVO, os operadores judiciários disseram, assim, de sua justiça.

